
A INSERÇÃO DA ÁREA DA COMUNICAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ

THE INSERTION OF THE AREA OF COMMUNICATION INTO THE CURRICULAR MATRIX OF TRAINING COURSES OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF AMAPÁ

85

Jacqueline Brito Carvalho

Bacharel em Publicidade e Propaganda
Especialização Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica - IFAP
jacquelinebcarvalho@gmail.com

Poliana Macedo de Sousa

Bacharel em Administração e Comunicação Social - Jornalismo
Doutora em Desenvolvimento Regional - UFT
polimacedo@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar como e quando a área da comunicação se tornou integrante da matriz curricular dos Cursos de Formação da Polícia Militar do Estado do Amapá. Para tanto, foram abordados pontos fundamentais para a identificação desses agentes e, outrossim, foi analisado de que forma estes agentes contribuíram para que a Polícia Militar justificasse a criação das disciplinas de comunicação e sua conseqüente inserção nos cursos de formação de soldados e de sargentos. Destarte o presente artigo foi teoricamente fundamentado nos estudos de teóricos, tais como: Michel Foucault (2011), Pierre Bourdieu (1989) e Manuel Castells (2005), assim como, os estudos atinentes ao poder disciplinar e ao poder simbólico, bem como a interação entre esses poderes na Polícia Militar do Estado do Amapá.

Palavras-chave: Comunicação; Matriz Curricular; Poder disciplinar; Poder simbólico; Polícia Militar do Amapá.

Abstract

This article aims to analyze how and when the area of communication became part of the curricular matrix of the Military Police Training Courses in the State of Amapá. To this end, fundamental points were addressed for the identification of these agents and, furthermore, it was analyzed how these agents contributed to the Military Police justifying the creation of communication disciplines and their consequent inclusion in training courses for soldiers and sergeants. Therefore, this article was theoretically based on the studies of theorists, such as: Michel Foucault (2011), Pierre Bourdieu (1989) and Manuel Castells (2005), as well as studies relating to disciplinary power and symbolic power, as well as the interaction between these powers in the Military Police of the State of Amapá.

Keywords: Communication; Curriculum; Disciplinary power; Symbolic power; Amapá Military Police.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é a identificação dos fatores que levaram a Polícia Militar do Amapá - PMAP- a incluir disciplinas da área de Comunicação na matriz curricular dos seus Cursos de Formação de Soldados e de Formação de Sargentos realizados pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Amapá. Uma hipótese para tal feito, foi à mudança estratégica que a área da comunicação adquiriu na corporação, evidenciada na mudança da legislação que organiza e estrutura o trabalho da PMAP, principalmente entre as Leis de Organização Básica – LOB'S, publicadas nos anos de 1997 e 2002.

86

Essa mudança de pensamento acerca da importância que a área de comunicação adquire pode passar pelas forças de controle exercidas pela Polícia Militar para a manutenção de sua estrutura funcional, baseada na manutenção da hierarquia e da disciplina, bem como da realidade do meio militar, que atua como definidor de comportamentos e condutas que devem ser praticadas por seu efetivo para a manutenção dessa estrutura de poder, por isso, os estudos de autores como Pierre Bourdieu (1989) e Michel Foucault (2011) são requeridos e possui mais ênfase, para entendimento desses agentes que atuam na forma como a visão da comunicação se torna importante, ao ponto de levar a Polícia Militar do Amapá inserir disciplinas da área de comunicação na matriz curricular dos seus Cursos de Formação de Soldados e de Sargentos.

Para o entendimento desses agentes, faz-se necessário uma análise retórica ao passado da PMAP, a fim de pavimentar o discurso deste artigo. Inicialmente trata-se de um breve histórico sobre a criação da Polícia Militar do Estado do Amapá, desde a Guarda Territorial até os nossos dias, percebendo a construção do seu poder disciplinar, assim como, a mudança que ocorreu na Lei de Organização Básica – LOB de 1997 para a de 2002, que possibilitou a criação da Diretoria de Comunicação da PMAP, mencionando também a criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento e a propagação do poder simbólico da PMAP. Vale lembrar das primeiras intenções da Corporação na busca pelos conhecimentos de comunicação e consequente inserção de disciplinas da área da comunicação nos cursos de Formação de Soldados e de Sargentos, tendo a Matriz Curricular Nacional também como agente impulsionador dessa inserção.

Destarte, o presente artigo é composto de além desta introdução, dos resultados das discussões teórico-práticas e das considerações finais, de 08 (oito) partes em seu desenvolvimento: por primeiro, abordaremos noções do conceito de poder simbólico e poder disciplinar, posteriormente, sobre a interação do poder entre Pierre Bourdieu (1989) e Michel Foucault (2011) na Polícia Militar do Estado do Amapá, também será abordado brevemente sobre a criação da PMAP, a organização da PMAP e a criação da Diretoria de Comunicação - DICOM, a

criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento – CFA e o poder simbólico, sobre a busca de novos saberes da área da Comunicação pela Polícia Militar em outras Instituições PM, a inserção da área da Comunicação na matriz curricular dos Cursos de Formação da PMAP e sobre a Matriz Curricular Nacional.

NOÇÕES DO CONCEITO DE PODER SIMBÓLICO E PODER DISCIPLINAR

A palavra poder segundo o dicionário possui vários significados, dentre estes podemos citar: “direito ou capacidade de decidir, agir e ter voz de mando; autoridade”, “supremacia em dirigir e governar as ações de outrem pela imposição da obediência; domínio, influência”, como também “domínio de fato exercido sobre uma coisa; posse”.¹

É preciso, antes de qualquer coisa, conhecer a etimologia da palavra poder, que vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, “ser capaz”; “autoridade”. Dessa forma, na prática, a etimologia da palavra poder torna sempre uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle, regulação etc. (Ferreirinha & Raitz, 2010, p. 3)

Mesmo antes de ser ter uma definição materializada nos dicionários para essa palavra, ela existia tacitamente, expressando a manutenção de uma estrutura social vigente, com suas regras e ordenamentos que perduravam para usufruto e privilégio de um grupo detentor/influenciador da política, da economia e da cultura de um povo ou civilização, para Pierre Bourdieu esse processo é chamado de eternização do arbitrário e decorre da violência simbólica, uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento.” (Rosa, 2017, p. 4).

Desse modo, o poder simbólico para Bourdieu (1989) é, fundamentalmente, um poder de construção da realidade. Tal poder detém os meios de afirmar o sentido imediato do mundo, instituindo valores, classificações (hierarquia) e conceitos que se apresentam aos agentes como espontâneos, naturais e desinteressados. O poder simbólico “faz ver e faz crer”, transforma a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo – e desse modo, o mundo. É um poder “[...] quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...]” (Bourdieu apud Rosa, 2017, p. 4).

Ter a percepção da atuação das relações de poder na vida cotidiana pode ou não ser percebido pelos agentes sociais, quando há a percepção mais clara dessa influência do poder por partes dos indivíduos, estes podem vim a contestar a ordem social vigente e tal qual o mito de Hércules ao cortar a cabeça da hidra, o poder se ramifica cada vez mais pelos detentores do poder e ao tentar modifica-lo ou extirpá-lo, recorre-se a punição como ferramenta para a prevenção e

¹ Dicionário Online, acessado em 05 de dezembro de 2023.

preservação do *status quo*.²

Foucault discorre que as relações de poder postas, seja pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela disciplina: “mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (Foucault, 2008:149). É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que exprimam comando e comandados. (Ferreirinha & Raitz, 2010, p. 5)

É no poder disciplinar teorizado por Michel Foucault onde a manutenção do *status quo* é expressada de forma mais direta, onde um aparelho social é construído para a preservação dessa ordem, tendo a vigilância constante e a punição como principais mecanismos.

A INTERAÇÃO DO PODER EM PIERRE BOURDIEU E MICHEL FOUCAULT NA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ

As Polícias Militares são órgãos integrantes da Segurança Pública na esfera dos Estados e o poder de polícia que possuem, tem como função administrativa a limitação do direito exercido de forma individual em detrimento do direito exercido de forma coletiva, ou seja, em benefício da coletividade, a atuação Policial é sempre voltada para a manutenção da ordem pública, trabalhando para a garantia da segurança da coletividade. Por ser uma força de segurança estadual militarizada, tem por ordenamento no Amapá, o Estatuto dos Militares do Estado do Amapá, a Lei Complementar nº 0084 - GEA, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5688 de 07 de abril de 2014. Como uma das instituições provedora da segurança pública e da preservação da ordem, tal como dito por Foucault, exerce seu poder através da disciplina, de uma estrutura hierarquizada e da vigilância das normas e regulamentos impostos ao seu efetivo, e tal como dito por Bourdieu, cria-se uma realidade de atuação que modifica e molda comportamentos e condutas (Foucault apud Rosa, 2017).

Na formulação de sua teoria sobre as novas formas de controle social, o autor ressalta importância da “minúcia dos regulamentos”, do “olhar esmiuçante das inspeções” e do “controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” que estarão presentes, de forma cada vez mais radicalizada, na escola, no quartel, no hospital e na fábrica. (Ferreirinha & Raitz, 2010, p. 12)

O controle social com influências da teoria de Foucault é observado na atuação do poder disciplinar através dos regulamentos, leis complementares, portarias, boletins e toda uma estrutura de vigilância para manutenção desse controle e punição para os casos onde há quebra desse controle, como exemplo, houve a instauração da Portaria nº 030/2012 – DEI/PMAP,

² Expressão em latim que significa “estado atual”.

publicada no Boletim Geral nº 057 e atualizada através da Portaria nº 042/2018 – GAB. CMDO GERAL, publicada no Boletim Geral nº 111, onde as alunas do Curso de Formação de Soldados tiveram regulamentada a padronização do corte de cabelo, dos acessórios, adereços, esmaltes e maquiagem que deveriam usar durante o curso, e conforme escrito na portaria, um dos motivos para a normativa foi:

E tendo em vista que as organizações militares, além dos princípios da hierarquia e da disciplina, são regidas pelos princípios da uniformidade e da padronização, e que tais princípios são baseados pelo respeito à premissa constitucional de igualdade de direitos; E, ainda, o aumento no número de alunas nos cursos de formação do CFA e a necessidade de normas quanto à padronização do corte de cabelo feminino, uso de acessórios, adereços, esmaltes e maquiagem. (Portaria nº 042/2018 – GAB. CMDO GERAL)

Esse é um exemplo direto do poder disciplinar, através de normas e regulamentos militares, que executam um “controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” dos policiais militares e além desse controle ser usado para a manutenção da disciplina, esses mecanismos de poder também encontram terreno na teoria de Pierre Bourdieu, adentrando o campo simbólico, ou seja, ao repercutir no seu *campo*, na realidade de atuação do policial (tanto na sua esfera civil quanto militar), como na influência que isso gera ao moldar comportamentos e gerar novas condutas influenciadas por esse *campo*, ou seja, moldando antigos e gerando novos *habitus*.

Bourdieu (2003) define *habitus* como disposições, estilos de vida, maneiras e gostos incorporados e *campo* como um espaço social que possui estrutura própria e, relativamente, autônoma em relação a outros espaços sociais, que tem uma lógica própria de funcionamento, estratificação e princípios que regulam as relações entre os agentes sociais. (Rosa, 2017).

Em muitos casos o poder disciplinar se entrelaça com o poder simbólico e atinente à Polícia Militar, esses poderes se reconfiguram ao longo da história da Instituição, sendo sua fundação alicerçada curiosamente em uma organização primeiramente civil, na Guarda Territorial de 1943 e posteriormente adquirindo uma estrutura militar com a criação da Polícia Militar Territorial na época ditatorial, para décadas depois se reconfigurar na época da redemocratização brasileira e com a Constituição cidadã de 1988, ser criada a Polícia Militar do novo Estado do Amapá.

BREVE HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ

No ano de 1943 o Presidente da República Getúlio Vargas, pela situação geopolítica em que se encontrava com a 2ª Guerra Mundial ocorrendo no continente europeu, em partes da Ásia e zonas do Pacífico, viu a necessidade de defesa do território brasileiro, principalmente as áreas de

fronteiras, que eram estratégicas para a defesa da soberania nacional. Especificamente o Norte do país, com uma geografia onde vastas áreas de floresta são conjugadas com poucas áreas povoadas possibilitavam acesso facilitado por tropas estrangeiras e devido a esse contexto, o presidente assina o Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o qual cria os Territórios Federais do Amapá (atual Estado do Amapá), Rio Branco (atual Estado de Roraima), Guaporé (atual Estado de Rondônia), Ponta Porã e Iguazu (ambos dissolvidos no ano de 1946).

Desmembrado do Estado do Pará, o Território Federal do Amapá teve como primeiro Administrador o Capitão Janary Gentil Nunes e a ele coube à organização de um Guarda para a proteção e manutenção da segurança pública dos cidadãos, conforme preceituado no inciso X do artigo 4º do Decreto-lei nº 5839, de 21 de setembro de 1943, o qual dispunha sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú, conforme o texto: “ao governador compete: X – Prover a organização de uma guarda territorial, que será civil;”.

Concretizando o disposto no artigo supracitado, em aproximadamente 05 meses, o CAP³ Janary Gentil Nunes cria a Guarda Territorial do Amapá em 17 de fevereiro de 1944, por meio do Decreto Lei nº 08 do Governo Territorial do Amapá. Ela realizava atividades bem variadas, além de sua função principal na execução do policiamento e manutenção da segurança pública, auxiliava também o Governo Territorial na prestação de serviços à população, tais como de carpintaria, marcenaria, sapataria, alfaiataria, manutenção e pintura dos prédios públicos e até na organização de sepultamentos (Lima & Pereira, 2014). Vale ressaltar que a Guarda Territorial provinha a segurança pública, mas era uma força civil, ou seja, não militar, como escrito no Decreto-Lei nº 5839, no inciso X de seu artigo 4º, sendo subordinada diretamente ao Governo Federal da época.

Após a Segunda Guerra Mundial e com um novo contexto geopolítico, a União sob a gestão do Presidente Ernesto Geisel, 4º presidente durante o período da Ditadura Militar, decide pela dissolução das Guardas Territoriais e conseqüente criação das Polícias Militares dos Territórios, através da Lei nº 6.270, de 24 de novembro de 1975, onde o efetivo da Guarda foi incorporado a nova Polícia Militar ou remanejado para outro órgão da administração pública da época. Com um governo ditatorial sendo exercido no Brasil em 1975, a segurança pública dos Territórios Federais passa assim à condição de Militar, agora com um aparato baseado nos alicerces da Hierarquia e Disciplina, com regulamentação, organização e estruturação influenciadas pelas Forças Armadas, mais especificamente as utilizadas no Exército Brasileiro.

A Polícia Militar do Território do Amapá surge efetivamente após a assinatura da Lei nº

³ Sigla do posto de Capitão.

6.270 em 1975 e como tendo sua origem na Guarda Territorial que era civil, precisou se readequar nesse momento a uma estrutura interna militar, provavelmente nos moldes das polícias que atuavam durante o regime militar, infelizmente com poucos documentos sobre essa estruturação. Quando houve a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, os Territórios Federais deixam de existir, passando à condição de Estados Federativos e, por conseguinte, a Polícia Militar deixa de ser uma polícia territorial e torna-se uma Polícia Estadual.

A ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ E A CRIAÇÃO DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Com esse novo cenário, a Polícia Militar do Estado do Amapá precisa se readequar novamente em sua organização e estrutura interna, por isso, na pesquisa documental realizada no site da Assembleia Legislativa do Amapá em 21 de novembro de 2023, encontram-se todas as Leis Complementares mais recentes que tem por objetivo organizar e estruturar a Polícia Militar do Amapá. Das leis que estavam disponíveis no site da ALAP4, estavam a Lei Complementar nº 0015/1997, a Lei Complementar nº 0017/2002, a Lei Complementar nº 0043/2007, a Lei Complementar nº 0085/2014 e a Lei Complementar nº 0105/2017, leis estas que como já dito anteriormente, tiveram por objetivo trazer uma organização e estruturação para o funcionamento da Polícia Militar do Amapá, essas leis também são chamadas de Lei de Organização Básica – LOB, termo mais usual entre os militares da briososa5. A primeira Lei Complementar nº 0015, publicada em 09 de maio de 1997, no Diário Oficial do Estado nº 1559, dispôs sobre a organização da PMAP ainda com muita influencia oriunda do Exército Brasileiro, com a distribuição do efetivo militar em 1) Comando Geral, 2) Unidades Vinculadas, 3) Órgãos de Direção Geral, 4) Órgãos de Apoio e 5) Órgãos de Execução. Dentro dessa estrutura principal, cada um se ramifica em seções administrativas e nas companhias que executam o policiamento ostensivo fardado, dessas estruturações, para o presente artigo interessa a 5ª Seção do Estado Maior Geral – EMG.

A Seção de Relações Públicas, ou também chamada de 5ª Seção, integrava a estrutura do Estado Maior Geral, que estava contido na estrutura de Direção Geral e de acordo com o relatado pela MAJ Cléia6 a 5ª Seção do EMG “exercia muito mais a função de porta-voz da PM”, sendo que aparentemente não desenvolvia outras atividades na área de comunicação.

Cinco anos depois, no dia 05 de julho de 2002, a Assembleia Legislativa do Estado

⁴ Sigla da Assembleia Legislativa do Amapá.

⁵ Termo informal utilizado pelos policiais militares para se referir a PMAP.

⁶ Major Diana Cléia Santos de Souza, autora da portaria nº 042/2018 – GAB. CMDO GERAL, que dispõe sobre padronização do corte de cabelo.

publica a Lei Complementar nº 0017, no Diário Oficial do Estado nº 2820, que dispôs sobre a nova organização e estruturação da Polícia Militar, onde se observa grandes modificações, começando a deixar de espelhar a estrutura e nomenclatura vinda do Exército Brasileiro e adquirindo uma nomenclatura mais parecida com a adotada pelas outras polícias militares do Brasil. Essa nova Lei de Organização Básica publicada em 2002, como dito, apresenta uma distribuição da PMAP com influências de outras Polícias Militares, onde anteriormente havia as Seções administrativas, agora nessa nova LOB, essas seções foram desmembradas em Diretorias e, nas pesquisas em Boletins Gerais publicados entre os anos de 1997 e 2002, ou seja, entre a LOB de 1997 e a LOB de 2002, há um movimento da Instituição de deslocar militares para outros Estados (com custas pagas pelo erário), para que estes Militares frequentem cursos em várias áreas administrativas, entre elas, a área de Comunicação, para trazer esses conhecimentos para serem implementados na PMAP.

Esses novos conhecimentos trouxeram uma nova visão de administração para a brios, trazendo várias mudanças, o que resultou na gradativa dissolução de uma estrutura influenciada pelo Exército Brasileiro e no conseqüente nascimento de uma estrutura baseada em Diretorias que passaram a serem responsáveis por toda a parte administrativa da Polícia Militar. No ano de 2017 é publicada a Lei Complementar nº 0105, de 22 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6529, essa LOB vigora até a atualidade e já é percebido importantes atualizações, com a criação das Divisões dentro das Diretorias, o que sistematiza as atividades desenvolvidas pela administração pública da PMAP e organiza melhor o fluxo de trabalho interno.

Nessa LOB a Diretoria de Comunicação Social perde essa nomenclatura e passa a ser denominada de Diretoria de Comunicação – DICOM, como é conhecida atualmente e possuindo com essa LOB 03 (três) Divisões internas: I – Divisão de Imprensa e Marketing; II – Divisão de Cerimonial; III – Divisão de Informação ao Cidadão.

A CRIAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO E O PODER SIMBÓLICO

Na época inicial da Guarda Territorial os militares que se estabeleceram na Capital do Território eram oriundos de outros Estados, principalmente no que se refere ao Oficialato⁷ e com o tempo, houve a necessidade de aumento da tropa e a formação de novas Praças⁸, principalmente Soldados para execução do patrulhamento cotidiano.

Para o Governo do Território era muito dispendioso enviar vários homens para realizar

⁷ Referente aos Oficiais que são os militares responsáveis pela Gestão na PMAP, sendo eles em ordem ascendente: 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel.

⁸ As Praças são os militares responsáveis pela execução na PMAP, sendo eles em ordem ascendente: Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente.

essa formação em outras Polícias, pois acarretaria despesas com traslado, ajuda de custo e de diárias e em virtude disso, era necessária uma escola onde os militares pudessem ter uma formação profissional aqui, sendo assim foi criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP em 1976.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMAP – CFA, foi criado em 1976, subordinado diretamente ao Chefe da então 3ª Seção do Estado Maior Geral – EMG. O Centro funcionou inicialmente em uma sala que funcionava no prédio do Comando Geral. Sua denominação inicial foi de Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP e teve como finalidade atender a necessidade de formação de Soldados para a recém criada Polícia Militar do Amapá(...). A primeira turma foi formada no dia 26 de novembro de 1976, com 35 soldados, os quais tiveram como instrutores Oficiais oriundos do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Estado de Sergipe e foram monitores os recém sargentos formados nos Estados de Goiás e Minas Gerais. (site da Polícia Militar do Estado do Amapá).

Como descrito na citação acima, os primeiros instrutores da PMAP foram Oficiais oriundos do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Estado de Sergipe, também se observa que os monitores eram Praças, mais especificamente Sargentos amapaenses que haviam sido formados nas academias de Polícia dos Estados de Goiás e Minas Gerais.

O ensino militar no Território foi paulatinamente avançando e em meados da elevação do Território para a condição de Estado, o CFAP precisou se readaptar a novas demandas. De acordo com o CAP RR Barreto⁹ “antes de 1990 o Praça não chegava a Oficial”, por isso na Lei de Organização Básica – LOB, ano de 1997, o CFA¹⁰ ainda possui o nome de Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e como no ano de 1998 houve a necessidade de formação de Oficiais para o Quadro Administrativo, segundo relatado pelo CAP RR Barreto:

Antigamente poucos faziam esse curso e por isso eram mandados para fora do Estado para fazer o CHOA¹¹, houve necessidade de fazer o curso no Estado pois haviam muitos militares que precisavam do curso em 98, não tinha como mandar 30 pra fora do Estado”. (Barreto, 2023).

Foi devido a necessidade de formar esses subtenentes para ascenderem na carreira militar ao posto de Oficiais Administrativos que foi realizado o primeiro Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos no Amapá no ano de 1998, onde o CAP RR Barreto atuou como instrutor¹² e segundo seu relato “após esse curso mudaram o nome do Centro de Formação de Aperfeiçoamento de Praças para só Centro de Formação e Aperfeiçoamento”. Após essa situação e reconhecendo que o Centro de Formação não mais atenderia apenas a formação das Praças, passa agora a formar também Oficiais Administrativos, formalizando essa mudança na

⁹ CAP RR Arivaldo Barreto da Silva (RR = Reserva Remunerada, o equivalente a aposentadoria)

¹⁰ Sigla do atual Centro de Formação e Aperfeiçoamento, local onde são realizados os cursos da Polícia Militar do Amapá.

¹¹ Sigla do Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos.

¹² Na época o CAP RR Barreto pertencia a graduação de Cabo.

nomenclatura do CFAP para CFA na Lei de Organização Básica do ano de 2002, onde o CFA atualmente é responsável pela gestão e execução dos cursos de Formação, de Aperfeiçoamento e de Habilitação do seu efetivo.

Como educandário pensado para a formação dos policiais militares, detentores do poder de polícia e possuidores das ideologias da Instituição, o CFA se torna o ponto central da disseminação e propagação do poder simbólico teorizado por Bourdieu no âmbito da PMAP, formando seus alunos para adentrar um novo campo, o campo militar, e criar e moldar novos *habitus* nesses indivíduos. Segundo Setton (2002, p. 02) o conceito de

habitus tem uma longa história nas ciências humanas (Héron, 1987), palavra latina utilizada pela tradição escolástica, traduz a noção grega *hexis* utilizada por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem.

Essa citação reflete muito o protagonismo do CFA no processo de ensino-aprendizagem proporcionado ao alunos, nos quais ao final do processo, principalmente verificado no Curso de Formação de Soldados, a transformação “do corpo e da alma” do aluno é efetivado ao tornar um cidadão civil em um cidadão não só mais somente civil, mas também militar.

A BUSCA DE NOVOS SABERES DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO PELA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ EM OUTRAS INSTITUIÇÕES PM

Entre a publicação da LOB de 2002 até a mais recente LOB de 2017, decorre 15 anos em que se observou uma evolução na forma de olhar, pensar e trabalhar a área de Comunicação na PMAP, como consequência da busca de novos conhecimentos e práticas requeridos pela nova administração militar, agora focada na estrutura de Diretorias e por isso, mais especializada, a PMAP começa a deslocar militares (tanto Oficiais quanto Praças), para que estes frequentem cursos disponibilizados nas outras Polícias Militares do Brasil, para que esses militares se tornassem multiplicadores, trazendo e implantando esses novos saberes e práticas na corporação.

Esse movimento refletiu na tropa, havendo muito repercussão e interesse por parte dos policiais para se tornarem multiplicadores de novos saberes, de acordo com a pesquisa documental, no ano 2000 a Polícia Militar demonstrou uma primeira preocupação na profissionalização de militares para a área da Comunicação, quando lança chamada de inscrição para o *Curso de Comunicação Social (C EspS - 07)*, onde seria realizado na cidade do Rio de Janeiro, com a disponibilização de apenas 01 (uma) vaga e por esse motivo, os critérios para seleção foram mais rigorosos à época. Esse fato demonstrou, não sendo o único, a crescente importância que a Instituição passou a ter para com a área de Comunicação, pois o SGT Otaviano foi o selecionado

que viajou para o Rio de Janeiro naquele ano e frequentou o curso por 04 (quatro) meses.

Com o tempo, esses conhecimentos que eram trazidos de outras Instituições foram disseminados na PMAP, causando efeitos positivos e mostrando que era importante a profissionalização do ensino, percebido no funcionamento efetivo da Administração Militar. Com isso a Polícia Militar volta sua atenção para a profissionalização do seu ensino após as consequentes melhorias advindas em sua administração interna, justificando o investimento da briosidade na busca desses novos saberes em outras coirmãs¹³.

A INSERÇÃO DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ

A movimentação da Instituição para a profissionalização de seu efetivo, levando em consideração as novas demandas sociais que estavam surgindo é observado nas matrizes curriculares encontradas através da pesquisa documental, realizada nos Boletins Gerais, a mais antiga encontrada até o momento é a apresentada no Boletim Geral n° 063, que foi divulgado em 04 de abril do ano 2000, onde há publicação de um *Rol de matérias – carga horária e instrutores*, ou seja, uma matriz dos cursos que foram realizados nos anos de 1998 e 1999 no Centro de Formação e Aperfeiçoamento, destes cursos, no Curso de Formação de Sargentos – CFS/1998 existem 16 (dezesesseis) disciplinas constantes de sua matriz curricular e destas ainda não consta nenhuma disciplina da área de comunicação. Já no Curso de Formação de Soldados – CFSD/1998, publicado nesse Boletim Geral, existem 15 (quinze) disciplinas e observa-se que há na matriz curricular desse curso a disciplina de *Comunicações*, com uma carga horária de 20h, disciplina com uma nomenclatura mais generalista.

Três anos depois, no Boletim Geral n° 032, do dia 17 de fevereiro do ano de 2003, em seu Item 5 da 3ª parte do BG¹⁴, percebe-se a publicação de uma atualização do supracitado *Rol de Matérias Curriculares - Instrutores e Carga Horária* de cursos de formação e desses cursos elencados nesse Rol, o mesmo Curso de Formação de Sargentos – CFS/1998, que havia sido publicado no Boletim Geral n° 063 de 04/04/2003, agora possui 26 (vinte e seis) disciplinas, com o acréscimo de 10 (dez) novas disciplinas na matriz curricular, sendo uma dessas novas disciplinas a de *Comunicação Expressão*, com uma carga horária de 30 h/a.

Observa-se que no período entre a publicação dos dois Boletins Gerais acima citados (n° 063 do ano 2000 e o n° 032 do ano 2003), que houve a integração da disciplina de Comunicação Expressão no Curso de Sargentos, não ficando claro o motivo da inserção da disciplina na segunda

¹³ Termo utilizado para se referir a outras Polícias Militares do Brasil.

¹⁴ Sigla de Boletim Geral.

versão da publicação.

Nesse mesmo Boletim Geral nº 032 observa-se a existência da disciplina de *Comunicação Social* na matriz curricular do Curso de Formação de Soldados - CFSD realizado em 2002, com uma carga horária de 20 h/a, vale ressaltar que no CFSD de 1998 a disciplina tinha uma nomenclatura mais generalista (Comunicações) e 03 (três) anos depois no CFSD de 2002 a nomenclatura muda, sendo agora mais específica (Comunicação Social).

Como visto nos *rols de matérias* que foram publicados nos Boletins Gerais citados, já se percebe uma preocupação da Instituição na formação comunicacional dos Policiais Militares, começando no Curso de Formação de Sargentos (disciplina com 30 h/a) e depois no Curso de Formação de Soldados (disciplina de 20 h/a) e segundo relato abaixo da TEN J. Coelho, atualmente a pedagoga responsável pelas matrizes dos cursos realizados no CFA:

Não era só interessante preparar quem ia trabalhar diretamente nas DRPI'S, mas preparar todo e qualquer policiais, porque em qualquer momento, seja qual for nossa graduação, patente, a gente tá passível de dá uma entrevista em alguma ocorrência que a gente atenda ou de se manifestar enquanto policial militar nas nossas redes sociais e daí é a importância de se ter essa disciplina, porque não é possível, é inexecuível ter vários cursos da DICOM ao durante o ano (...) e hoje em dia a disciplina está em todos os cursos, desde soldado até mesmo no CAO¹⁵, no CAO¹⁶, no CSP¹⁷ tem a disciplina, daí a importância dela está mesmo inserida nos cursos da Instituição. (Barroso, 2023).

Segundo a TEN J. Coelho¹⁸ a PMAP viu a necessidade de preparar todos os policiais militares quando houvesse uma situação de conceder entrevista para a imprensa e como a DICOM promove um curso de comunicação mais especializado, voltado apenas para os militares que atuam nas Divisões de Relações Públicas e Imprensa dos Batalhões, muitos policiais que não eram das DRPI'S acabavam concedendo entrevistas pois eram eles que estavam atendendo as ocorrências policiais, muitas vezes não tendo celeridade em chamar um militar pertencente a DRPI.

Por ser mais especializado, o Curso de Comunicação Organizacional – CCO, formou em cada uma das suas 03 (três) edições até o momento, uma quantidade reduzida de militares, sendo também um dos motivos que levam a Polícia Militar a ter disciplinas de Comunicação na grade curricular dos seus cursos de formação.

A Matriz Curricular Nacional

Com o lançamento da Matriz Curricular Nacional em 2003 pela Secretaria Nacional de

¹⁵ Sigla para Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Administrativos.

¹⁶ Sigla para Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

¹⁷ Sigla para Curso Superior de Polícia.

¹⁸ 2ª Tenente Jacqueline Coelho Barroso.

Segurança Pública – SENASP, as Polícias Militares tiveram uma evolução significativa no direcionamento efetivo do ensino militar, seguindo um parâmetro nacional mais unificado na elaboração de seus currículos, pois em regra, cada Polícia Militar construía sua grade curricular de acordo com as suas necessidades, muitas vezes não estabelecendo um eixo central do currículo de formação entre as Instituições.

O termo “matriz” suscita a possibilidade de um arranjo não-linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, o que significa que a Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir “pontos comuns” que caracterizam a formação em segurança pública. (Senasp, 2014, p.17).

No ano seguinte houve a realização do I Encontro de Matriz Curricular Nacional pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, no período de 09 a 12 de março de 2004 em Brasília/DF e continuando com a tendência de envio de seus militares para buscar novos saberes, a briosa desloca para participar do referido evento o CAP Francisco dos Santos Costa, conforme a publicação de sua viagem no Boletim Geral nº 049, de 16 de março de 2004. Era uma inovação para o ensino militar o lançamento da MCN¹⁹, pois assim como o MEC²⁰ regulamenta o ensino civil nas escolas brasileiras, a MCN seria seu equivalente, com algumas modificações, para o ensino militar, pois anteriormente não havia uma legislação que direcionava ou que unificava os saberes-fazer da formação do policial militar.

A MCN por ser uma referência teórico-metodológica, as Polícias Militares têm autonomia para a elaboração de seus currículos, adequando-os as suas necessidades de atuação, geografia e bases culturais como descrito no MCN, dando início também a um processo sem precedentes na história da formação policial no Brasil, ao promover também a interação entre as organizações policiais militares e as inúmeras instituições de ensino superior do país (MCN, 2014).

Como já dito, a Polícia Militar do Amapá utiliza a Matriz Curricular Nacional como parâmetro para a elaboração da matriz curricular dos cursos de formação, contudo é adaptada para a realidade Estadual e com a evolução da comunicação nas décadas de 2000, 2010 e chegando em 2020, bem como o advento das redes sociais, a área da Comunicação ganha mais destaque na formação do seu efetivo e há o reflexo dessas inovações nas matrizes dos cursos de formação.

Vale relembra sobre as primeiras inserções da área de Comunicação na matriz curricular

¹⁹ Sigla de Matriz Curricular Nacional.

²⁰ Sigla de Ministério da Educação e Cultura.

dos cursos de formação, através da disciplina de Comunicação Expressão no curso CFS/1998 e a disciplina de Comunicação Social para o curso CFSD/2002 e conforme observado nas matrizes curriculares mais recentes do Curso de Formação de Soldados que foi realizado em 2021 e do Curso de Formação de Sargentos de 2023 (encerrado no mês de novembro), as disciplinas de comunicação ganham destaque, sendo a disciplina de Comunicação Social para o soldado, onde este terá o entendimento dos processos de comunicação iniciais na Instituição e a disciplina de Relacionamento com a mídia - *midia training* para o sargento, onde este terá o entendimento mais aprofundado dos meios de comunicação, mídias sociais e de treinamento para entrevistas nesses meios e saber se relacionar com a imprensa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos optou-se pelo método de investigação de pesquisa qualitativa, com foco na interpretação de informações diretas e também subjetivas, com processo de pesquisa flexível, estando à pesquisadora na condição de pesquisadora-atuante, pois esta é integrante da comunidade Policial Militar.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a pesquisa bibliográfica (análise documental), onde buscou-se coletar e analisar documentação que indicaria quando houve a criação da Diretoria de Comunicação da PMAP – a DICOM, para isso, foram coletadas edições da Lei de Organização Básica da PMAP, a chamada LOB, principalmente as publicadas nos anos de 1997 e 2002, legislações estas responsáveis pela criação ou extinção de unidades administrativas dentro da estrutura organizacional da Polícia Militar (Batalhões, Diretorias, Gabinetes Militares, CFA e GSI). Ainda na pesquisa bibliográfica, também buscou-se coletar e analisar a documentação que indicaria quando houve a integração da área de comunicação na matriz curricular dos cursos de formação, para isso, foram coletadas várias edições do Boletim Geral da PMAP, publicação esta que tem por objetivo dá publicidade a toda tropa militar sobre os atos administrativos da Instituição, onde é possível encontrar a publicação de matrizes curriculares dos cursos de formação, possibilitando a análise de quando ocorreu essa inserção das disciplinas da área de comunicação, fazendo comparativo das matrizes curriculares antes e depois da inserção das disciplinas.

Outro instrumento de coleta de dados foi o uso da metodologia de História Oral, pois infelizmente as fontes históricas sobre as primeiras décadas da PMAP são escassas, de difícil pesquisa e por não haver ainda um Museu ou Batalhão Militar voltado para a preservação do seu pretérito, as fontes com informações do período foram coletadas através de entrevistas na

modalidade semiestruturada com 05 (cinco) Militares da Ativa (que estão atuantes na Instituição) e 01 (um) Militar da Reserva Remunerada (militar em situação de aposentadoria).

RESULTADOS DAS DISCUSSÕES TEÓRICO- PRÁTICAS

A criação da DICOM impulsionou uma nova visão da comunicação pela PMAP, sendo agora uma importante ferramenta na divulgação e propagação do seu poder disciplinar e simbólico, surgindo como um reflexo disso ao longo dos anos a necessidade de incorporação na matriz curricular dos seus cursos de formação as disciplinas da área de comunicação, sendo de suma importância para a criação de novas habilidades comunicacionais em seu efetivo, refletindo na melhor aceitação do trabalho policial militar com a comunidade amapaense, focando na base de formação que é o curso de formação de soldados e especializando esses conhecimentos e de forma continuada, no curso de formação de sargentos.

Antes de tudo, precisa-se entender que a própria palavra “formação” indica a existência de uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente); é sensibilizar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. (Chauí apud Freire Costa, Souza da Silva & Nunes Dos Santos, 2022, p. 05).

Essas disciplinas de comunicação inseridas nas matrizes curriculares dos cursos de formação da PMAP agregam também, a evolução dos meios de comunicação nas suas ementas e chegando no advento das redes sociais, houve a necessidade de modificar, alterar e ampliar esses conhecimentos repassados aos alunos do CFA, o que por consequência, readequou e ampliou o alcance do poder simbólico e do poder disciplinar na Instituição.

A criação dessas disciplinas de comunicação foi estratégica para a Instituição, pois esses conhecimentos na prática melhoraram a interação Polícia Militar com a comunidade amapaense, concomitante desenvolvendo habilidades para que os militares estaduais soubessem se relacionar com a imprensa, principalmente entre as Praças, pois anteriormente apenas os Oficiais “falavam” pela Instituição.

Contudo, ao adentrar esse novo campo virtual que se abria para o policial militar, esse se vê numa nova realidade que lhe possibilita sair do campo de influência da Instituição, ou seja, o poder disciplinar da Instituição não o alcançava, pois na medida em que ainda ocorria a vigilância virtualmente, não havia nenhuma previsão legal que o pudesse punir nesse novo campo que surgiu, pois segundo Castells, a internet é um instrumento que desenvolve, mas que não muda os comportamentos; ao contrário, os comportamentos apropriam-se da internet, amplificam-se e

potencializam-se a partir do que são. (Castells apud Fontes &Gomes, 2013, p. 07).

Tendo essa consciência, muitos policiais militares começaram a se posicionar muito mais nas redes sociais, começaram a postar anúncios publicitários em suas redes sociais onde se sabia ser pertencente a um Militar, como também, começaram a postar vídeos de dancinhas que viralizavam no tiktok, em alguns casos usando o fardamento militar ou outros símbolos da classe, ou seja, os avanços tecnológicos e as novas possibilidades de conexão e comunicação disponíveis nos dias de hoje, levam a uma outra alternativa de relacionamento, de se fazer presente no meio social (Fontes & Gomes, 2013, p. 09).

Com o advento dessas novas redes sociais, criou-se uma realidade na virtualidade em que o Policial Militar não recebia uma influência direta dos regulamentos e normativas mantenedoras do poder da Instituição, possuindo maior liberdade de conduta e de expressão nesse meio, isso gerou desconfortos Institucionais quando muitos militares passaram a burlar a hierarquia e a disciplina, e em muitos procedimentos administrativos que foram abertos para apuração dessas condutas, não efetuavam nenhuma ação punitiva, pois muitas alegações de defesa baseavam-se na inexistência de regulamentos da conduta militar na seara virtual, não cabendo a aplicação dos regulamentos que regulavam a conduta na vida real, em resumo, não havia regulamentos para esse novo campos.

Na verdade, os campos são os espaços nos quais se definem as relações de poder (relação que se dá entre posições de poder no campo e não entre os atores) e mais ainda, os próprios campos são definidos e assentam-se em relações de poder. (Carvalho, 2002, p. 07)

Com o crescente número de casos nesse sentido e vendo a necessidade de manutenção do seu poder disciplinar que não estava se prolongando à vida virtual de sua tropa, a Polícia Militar cria a Portaria nº 246/202221, sendo a primeira regulamentação desse tipo na Instituição e em 2023 ocorre a atualização desta normativa pela Portaria nº 013 - GCG, de 02 de fevereiro de 2023, sendo a utilizada atualmente para a regulação da conduta dos policiais militares no meio virtual, com as seguintes alegações para sua criação, conforme baixo:

CONSIDERANDO o Art. 8º e 9º, o anexo 1 do RDPM em seus itens 62, 68, 69 e 70 e a necessidade de regulamentação do uso de redes sociais pelos integrantes da PMAP em razão do crescente uso das mídias pelos policiais vinculando a instituição;

CONSIDERANDO que os policiais militares devem estar cientes de que seus comportamentos no ambiente digital, principalmente nas redes sociais, podem afetar a credibilidade de seus trabalhos, da Instituição e da segurança pública do Estado do Amapá;

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar a integridade física, moral e segurança pessoal dos

²¹ Publicada no Boletim Geral nº 236, de 28 de dezembro de 2022.

Com a existência da Portaria nº 0013, os policiais militares tiveram que se adaptar ao novo campo virtual, onde o poder disciplinar começou a atuar de forma concreta e com a vigilância constante, as punições logo vieram para os casos onde os policiais militares insistiam com as mesmas práticas de antes da regulamentação. Isso também modificou os *habitus*, ou seja, os comportamentos dos policiais que foram recentemente gerados nesse novo campo antes das regulamentações, sendo criados outra vez novos *habitus*, como reflexo dessa nova realidade virtual vivenciada, agora, com base em ordenamentos que regulam a conduta do militar nesse campo.

Os *habitus* são disposições duráveis e transferíveis por constituir modos específicos de pensar, sentir e agir; são disposições duráveis, porque, do mesmo modo como são construídas, podem sofrer corrosão e até mesmo se desmantelar, mediante forças externas. E, além disso, são disposições transferíveis para vários domínios da prática, inclusive a escolha de estilos de vida. A partir de demandas conjunturais, o *habitus* abre uma possibilidade de atualizações das práticas. (Souza, 2013, p. 3)

Com a criação da regulamentação da conduta do militar nas redes sociais e de acordo com Souza (2013), demandas conjunturais abrem a possibilidade de atualização do *habitus*, muito coadunado com as transformações do poder que criaram e remodelaram o campo na PMAP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as análises da pesquisa, foram percebidas que a necessidade de organização da nova Polícia Militar em meados da LOB de 2002, numa nova estrutura baseada em Diretorias, onde há a descentralização da administração militar, coloca a PMAP em uma situação de busca de novos saberes para que ocorresse seu pleno funcionamento. Com isso a PMAP envia militares para participarem de cursos fora do Estado, a fim de que esses novos saberes fossem propagados na briosia.

Esses novos saberes que são trazidos promovem resultados positivos no fluxo de trabalho militar e a PMAP vê a necessidade de multiplicação desses conhecimentos, levando-a a fazer a inserção dessas áreas de conhecimento na matriz curricular dos cursos de formação de soldados e de sargentos.

A criação e inserção das disciplinas da área da Comunicação na matriz curricular dos cursos de formação é adaptada para a atuação do policial militar alvo do curso, ou seja, no Curso de Formação de Soldados, estes precisam ter uma visão mais geral dos processos de comunicação da briosia, tanto os internos quanto os externos (interação com a comunidade). Já no Curso de

Formação de Sargentos a disciplina possui uma formação mais completa e continuada, tendo uma abrangência de conhecimentos que vão de relacionamento com a mídia, interação e manuseio de redes sociais, chegando até conhecimentos de atuação como porta-voz da Instituição.

Essa diferenciação na abordagem das disciplinas de comunicação refletem a cultura militar onde os soldados, sendo a base da estrutura da brigada e exercendo mais corriqueiramente o policiamento ostensivo fardado, precisam entender da comunicação de base para sua atuação mais integrada com a comunidade. Enquanto que os Sargentos, estão acima na cadeia hierárquica de serviço e, que por isso, tem maior experiência de serviço militar, o que lhes credencia a serem representantes da PMAP ao falar com a imprensa (porta-vozes) e entender as dinâmicas que operam em cada um dos meios de comunicação.

Em termos de avanços, nota-se que a Polícia Militar do Estado do Amapá tem uma preocupação na atualização de seus ordenamentos e legislações, que logo entram na seara da formação do seu efetivo e a construção das matrizes curriculares dos Cursos de Formação da PMAP é norteada pelos preceitos da cartilha nacional de cursos da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, contando também com a orientação de profissionais militares formados na área de pedagogia e pelos instrutores dessas disciplinas que atuam no Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMAP.

Sem olvidar, não há como não ser mencionado que a preocupação na atualização de seus ordenamentos e regulações além dos motivos já expostos, também reflete a manutenção e preocupação na preservação do poder disciplinar e poder simbólico da Instituição, como por exemplo, evidenciado na inserção de disciplinas da área de comunicação nas matrizes curriculares dos cursos de formação de soldados e sargentos, para que dessa forma, esses poderes possam se prolongar na formação e lapidação de seu efetivo.

Atualmente, a Polícia Militar do Amapá já possui diretrizes que direcionam a conduta do militar em ambiente virtual, como a já citada Portaria nº 013-GCG, podemos citar também a Portaria nº 079/2023-GCG²² e o Regulamento de Identidade Visual da Polícia Militar do Amapá, publicado no ano de 2022, normativas estas que também surgem como esforço da adaptação e manutenção do poder disciplinar e do poder simbólico por parte da Polícia Militar do Amapá.

Com o avançar da comunicação e de seus meios de propagação, a Polícia Militar do Amapá vai criando sua identidade comunicacional ao longo dos anos, refletindo o contexto social e político do Estado. Nesse sentido, tal fato refere-se a inserção da área de comunicação nos

²² Publicada no Boletim Geral nº 119, de 29 de junho de 2023. Cria o Manual Técnico sobre as Regulamentações de Identidade Visual das Mídias Sociais no âmbito da PMAP.

cursos de formação da PMAP em meados do ano 2000.

Outrossim, apesar dos avanços mencionados, existe uma grande dificuldade na busca de informações atinentes ao pretérito da Polícia Militar do Estado do Amapá, pois como a Instituição ao longo de sua história passou por muitas e profundas transformações, muito de seu acervo documental foi perdido, o que ensejaria a criação de um Museu da Polícia Militar do Estado do Amapá que preservasse a memória da Instituição.

Destarte, assim como no passado a PMAP buscou novos conhecimentos para a implantação na briososa, também poderia ser feito o envio de militares que trouxessem conhecimentos de Biblioteconomia, pois precisaria da atuação desse profissional, para promover a preservação do passado, como já sugerido, quando houvesse a criação do Museu da Polícia Militar do Estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

- Amapá. (2008, 23 de julho). *Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados e Instrutores – CFSD/2008*. Publicado na 3ª parte do Boletim Geral nº 137. Polícia Militar do Estado do Amapá.
- Barroso, J. C. (2023, 07 de dezembro). *Entrevista sobre o tema: Comunicação e Formação Profissional: a inserção da Área de Comunicação na matriz curricular dos Cursos de Formação dos Policiais Militares do Amapá*. [Entrevista concedida a Jacqueline Brito Carvalho, aluna da Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, promovido pelo IFAP].
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carvalho, K. F. (2002). *Os conceitos de habitus e campo na teoria de Pierre Bourdieu*. IUPERJ, Rio de Janeiro.
- Castells, M. (2005). Internet e sociedade em rede. In Moraes, D. (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. (3. Ed). Rio de Janeiro: Record.
- Freire Costa, I., Souza da Silva, A., & Nunes Dos Santos, T. Águilan. (2022). A formação interdisciplinar dos profissionais de segurança pública: a experiência da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *Revista Do Sistema Único De Segurança Pública*, 1(1). <https://doi.org/10.56081/2763-9940/revsusp.v1n1.a3>
- Ferreirinha, I. M. N. & Raitz, T. R. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública da FGV*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-83, mar./abr. 2010.
- Fontes, G. S. & Gomes, I.R.L. (2013). Cibercidades: as tecnologias de comunicação e a reconfiguração de práticas sociais. *Rev. ECCO/UFMT*, Londrina, 18 (2), p. 60-76, mai./ago.
- Foucault, M. (2011). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (39.ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lima, F.L.S. & Pereira, L.C. (2014). *Territórios, sujeitos e força policial: pontos sobre a história da Polícia Militar do Amapá (1973 - 1977)*. Belém: IESP.
- Senasp, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (2014). *MATRIZ CURRICULAR NACIONAL: Para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública*. Brasília/DF.
- Rosa, T.B. (2017). O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, 6 (1), p. 3-12, jan./jun.
- Setton, M. G. J. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.

Revista Brasileira de Educação - USP. São Paulo, 20, mai-ago.

Silva, A. B. (2023, 02 de dezembro). *Entrevista sobre o tema: Comunicação e Formação Profissional: a inserção da Área de Comunicação na matriz curricular dos Cursos de Formação dos Policiais Militares do Amapá* [Entrevista concedida a Jacqueline Brito Carvalho, aluna da Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, promovido pelo IFAP].

Souza, D.C.S. (2023, 07 de dezembro). *Entrevista sobre o tema: Comunicação e Formação Profissional: a inserção da Área de Comunicação na matriz curricular dos Cursos de Formação dos Policiais Militares do Amapá* [Entrevista concedida a Jacqueline Brito Carvalho, aluna da Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, promovido pelo IFAP].

Souza, L. M. (2013). O conceito de habitus e campo: princípios que sustentam o ethos docente da educação profissional agrícola. *Anais do II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional*. Natal: IFRN.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 02 de junho de 2024

Received on June 02th, 2024

Aprovado em: 24 de junho de 2024

Accepted on June 24th, 2024

Publicado em: 30 de junho de 2024

Published on June 30th, 2024

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo: Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review: Double review.

Agência de Fomento: Não tem.

Funding: No funding.

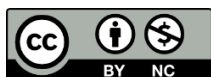
Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Carvalho, J.B. & Sousa, P. M. (2024). A inserção da área da Comunicação na Matriz Curricular dos Cursos de Formação da Polícia Militar do Estado do Amapá. *Rev. Mult. Amapá - REMAP*, 4 (1), 85 - 104.

ABNT

CARVALHO, J.B.; SOUSA, P. M. A inserção da área da Comunicação na Matriz Curricular dos Cursos de Formação da Polícia Militar do Estado do Amapá. *Rev. Mult. Amapá - REMAP*, Macapá, v. 4, n.1, 2024.



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.